

Projetivismo, circularidade e o problema da atitude moral

Projectivism, circularity and the moral attitude problem

Leonardo de Mello Ribeiro¹

RESUMO

Uma tese projetivista sobre a natureza da moralidade, entendida em termos amplos, pretende explicar juízos morais a partir de reações causais subjetivas ao mundo – este, em si mesmo, desprovido de valor moral (em termos de objetos, propriedades e relações). Para que a tese projetivista funcione, parece ser necessário que ela seja capaz de especificar o(s) tipo(s) de reação(ões) subjetiva(s) que está(ão) na base de juízos morais e fazê-lo em termos não-morais, a fim de evitar circularidade. Se as reações subjetivas têm prioridade conceitual sobre juízos morais e predicação moral, então parece ser necessário que elas sejam especificadas sem referência aos próprios juízos morais e ao vocabulário valorativo moral. O *problema da atitude moral* consiste neste desafio ao projetivismo moral. Neste artigo, argumentaremos que, por um lado, o projetivista não é capaz de escapar inteiramente da objeção da circularidade. Porém, por outro lado, tentaremos mostrar como, apesar de incorrer em uma forma de circularidade, o projetivista possui uma resposta ao problema da atitude moral. O resultado disso é que, adequadamente concebido, o problema da atitude moral não é um obstáculo ao projetivismo e que a formulação tradicional do problema confunde uma questão epistêmica com uma questão metafísica.

Palavras-chave: metaética, projetivismo moral, circularidade.

ABSTRACT

A projectivist thesis about the nature of morality, broadly understood, aims to explain moral judgments from subjective causal reactions to the world—this world in itself devoid of moral value (in terms of objects, properties and relations). For the projectivist thesis to work, it seems to be necessary that it be capable of specifying the type(s) of subjective reaction(s) which is(are) on the basis of moral judgments and of doing it in non-moral terms, in order to avoid circularity. If the subjective reactions have conceptual priority over moral judgments and predication, then it seems to be necessary that they be specified without referring themselves to the very moral judgments and moral vocabulary that they purport to explain. The *moral attitude problem* consists in this challenge to moral projectivism. Here in this article, we shall argue that, on the one hand, the projectivist is not able to completely avoid the objection of circularity. However, on the other hand, we shall try to show that, despite incurring in one form of circularity, the projectivist has an answer to the moral attitude problem. The upshot of all this is that, properly conceived, the moral attitude problem is not an obstacle to projectivism, and that the traditional formulation of the problem confuses an epistemic question with a metaphysical one.

Keywords: metaethics, moral projectivism, circularity.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627, FAFICH, Campus Universitário Pampulha, 31270901, Belo Horizonte, MG, Brasil. Email: lmribeiro@ufmg.br.

1. Introdução

O projetivismo moral, tal como entendido aqui, é uma tese que pretende explicar o fenômeno moral em geral (e, em particular, juízos morais) a partir de estados mentais, entendidos em sentido amplo como reações causais subjetivas ao mundo – mundo este, em si mesmo, desprovido de valor moral (em termos de propriedades e relações). Nesse sentido, o projetivismo moral é uma tese segundo a qual o uso do vocabulário e de conceitos morais e as resultantes formulações de juízos morais são resultado de reações subjetivas que são “projetadas”² ao mundo, passando-se a falar deste *como se fosse* dotado de propriedades e relações morais genuínas.

A filosofia moral humeana é uma das precursoras da tradição projetivista quando Hume diz:

[...] the distinct boundaries and offices of reason and of taste are easily ascertained. The former conveys the knowledge of truth and falsehood: the latter gives the sentiment of beauty and deformity, vice and virtue. The one discovers objects as they really stand in nature, without addition and diminution: the other has a productive faculty, and gilding or staining all natural objects with the colours, borrowed from internal sentiment, raises in a manner a new creation (Hume, 1975, Appendix I, p. 294).

Nessa passagem, Hume expressa-se em termos quase exclusivamente metafóricos, o que torna sua tese pouco clara. Mas a literatura projetivista contemporânea é mais precisa sobre o que está em jogo. Blackburn, por exemplo, diz que:

*Suppose that we say we **project** an attitude or habit or other commitment which is not descriptive onto the world, when we speak and think as though there were a property of things which our sayings describe, which we can reason about, know about, be wrong about, and so on. Projecting is what Hume referred to when he talks of “gilding and staining all natural objects with the colours borrowed from internal sentiment”, or of the mind “spreading itself on the world” (Blackburn, 1984, p. 170-171).³ Projectivism is the philosophy of evaluation*

which says that evaluative properties are projections of our own sentiments (emotions, reactions, attitudes, commendations) (ibidem, p. 180).

No mesmo espírito de Blackburn, mas ainda fornecendo detalhes adicionais (e relevantes para os nossos propósitos aqui), Joyce chama de “projetivismo metafísico” a tese que se constitui da conjunção das seguintes subtases (em que a segunda subtese é entendida em termos *causais*):

1. *We experience moral wrongness (e.g.) as an objective feature of the world.*
2. *This experience has its origin in some non-perceptual faculty; in particular, upon observing certain actions and characters (etc.) we have an affective attitude (e.g., the emotion of disapproval) that brings about the experience described in 1.*
3. *In fact, moral wrongness does not exist in the world (Joyce, 2009, p. 56).*

Assim, a tese do projetivismo metafísico, tal como Joyce a caracteriza, envolve uma subtese que podemos chamar de “fenomenológica” (subtese 1), uma tese psicológica sobre o tipo de atitude que está na base de juízos morais (subtese 2) e duas teses metafísicas (subteses 2 e 3) sobre aquilo em que consiste formular juízos morais e o que (não) representam (isto é, propriedades e relações morais genuínas). Nesse sentido, seguindo tal formulação de Joyce, podemos compreender a tese projetivista como essencialmente metafísica. (Veremos mais adiante que isso será de suma importância para o argumento geral aqui formulado.)

Deve-se, porém, notar de antemão que chamar de “projetivismo” uma tradição inteira de filósofos ao longo da história da filosofia como se ela fosse uma tradição uniforme e unívoca pode ser profundamente impreciso e enganador. Ao fazer tal coisa, estaremos necessariamente formulando a tese projetivista em termos muito amplos. Tal tradição pode ser identificada desde Hume e Adam Smith (chamados de “sentimentalistas”), passando, no século XX, pelos desenvolvimentos de autores como Nowell-Smith, Ayer e Stevenson (chamados de “emotivistas”) e, mais recentemente, culminando em autores como Blackburn e Gibbard (chamados de “expressivistas”), que poderiam ser interpretados como os principais herdeiros contemporâneos da tradição.⁴ Porém, todos estes autores possuem profundas diferenças entre si,

² “Projeção” é claramente uma metáfora que precisaria ser explicada para que a tese projetivista pudesse ser avaliada por completo. Porém, como enfatiza Joyce (2009), raramente encontra-se esforço para explicar tal metáfora na literatura projetivista. Esta é uma lacuna lamentável, que infelizmente não seremos capazes de preencher aqui, dado que ela nos levaria a digressões que vão além do escopo deste artigo (sobretudo porque um esclarecimento da metáfora em questão dependerá do tipo de teoria semântica defendida pela tese projetivista; mas, como veremos em seguida, reuniremos sob o nome “projetivismo” um conjunto variado de teorias, com compromissos psicológicos e semânticos distintos).

³ Blackburn continua: “Then expressive theorists often tend to the view that this projection is a mistake—that itself it involves flirting with a false realism” (*ibidem*). Isso é o que leva Blackburn a incluir teorias do erro (do discurso moral) como versões de projetivismo. (Ver também Joyce, 2009, para esta aproximação.) No que se segue, ignoraremos este detalhe como irrelevante para a discussão central aqui.

de modo que enquadrá-los como parte de uma mesma tradição é algo que carrega uma significativa imprecisão. Ainda assim, todos eles têm em comum a tese *metafísica*, que é parte central daquela formulação geral do “projetivismo moral metafísico”, a saber, que discurso e conceitualização morais são projeções fenomenológicas, linguísticas e conceituais sobre o mundo, resultantes de respostas causais subjetivas (na forma de algum estado mental como um sentimento, uma emoção, uma atitude não-cognitiva, etc.) ao mundo, sendo ele mesmo desprovido de tais propriedades e relações morais genuínas.

Tais autores divergem fundamentalmente em seus detalhes sobre o tipo de estado mental que é constitutivo da resposta subjetiva e, em particular, sobre o tipo de teoria semântica que pode ser extraída de tal interpretação do discurso moral. Porém, uma vez que o ponto central a ser debatido aqui diz respeito ao caráter metafísico (e, também, como veremos adiante, o caráter epistemológico) do projetivismo, tais variações entre as teses projetivistas e seus detalhes serão deixadas de lado. Sendo assim, embora assumindo o ônus da imprecisão ao nos referirmos a uma tese geral projetivista moral, isso não deve ser um problema para os propósitos da presente discussão.⁵

Feitas essas admissões iniciais, passemos agora à formulação da questão que nos ocupará aqui. Para que a teoria projetivista moral funcione, parece ser necessário que ela seja capaz de especificar a(s) atitude(s) que está(ão) na base de juízos morais e que é(são) projetada(s) ao mundo, desprovido de valor moral em si mesmo. Assim, à primeira vista, a teoria deve ser capaz de especificar tais atitudes em termos *não-morais*, a fim de evitar circularidade. Se atitudes têm prioridade conceitual sobre juízos morais e predicação moral, então parece ser necessário que elas sejam especificadas sem referência aos próprios juízos morais e ao vocabulário valorativo moral. Isso, então, agora significa que, ao falarmos da “atitude moral” da tese projetivista, devemos ter em mente que o projetivista deve aparentemente fornecer uma explicação *não-moral* da

mesma. Mas não apenas isto. Tal atitude deve ser especificada não apenas em termos não-morais, mas também em termos tais que distingam o vocabulário moral de outros vocabulários valorativos ou normativos (como prudenciais e estéticos).

McDowell, um contumaz crítico do projetivismo moral, formula de modo esclarecedor aquilo que estamos chamando de “problema da atitude moral”:

The point of the image of projection is to explain certain seeming features of reality as reflections of our subjective responses to a world that really contains no such features. Now this extraordinary direction seems to require a corresponding priority, in the order of understanding, between the projected response and the apparent feature: we ought to be able to focus our thought on the response without needing to exploit the concept of the apparent feature that it supposed to result from projecting the response (McDowell, 1998a, p. 157).⁶

No que segue, tentaremos formular, em nome do projetivista moral, uma resposta ao problema da atitude moral e ao desafio posto por McDowell. Procederemos da seguinte forma: na seção (2), apresentaremos em mais detalhes o problema da atitude moral e a ameaça de circularidade. Na seção (3), discutiremos algumas soluções possíveis disponíveis na literatura relevante sobre o tema e concluiremos que nenhuma delas é inteiramente satisfatória. Na seção (4), forneceremos uma solução alternativa ao problema da atitude moral da perspectiva da tese projetivista. Esta solução, porém, admite uma limitação. Ela reconhece que é impossível evitar circularidade do ponto de vista epistêmico do discurso moral. Porém, a tese projetivista pode evitar a objeção da circularidade se entendida de uma perspectiva essencialmente *metafísica*, que é como ela deve ser compreendida (ou, ao menos, é o que defenderemos aqui).

⁴ R. M. Hare, em tal sentido geral de projetivismo (e sendo este entendido essencialmente em termos metafísicos), poderia também ser considerado integrante da tradição. Mas não precisamos insistir neste ponto.

⁵ Outro tipo de imprecisão derivada desta que acabamos de admitir diz respeito à caracterização do tipo de reação causal subjetiva ao mundo. Uma vez que nosso objetivo aqui não será especificar precisamente que tipo de estado mental está na base de um juízo moral, chamaremos (de um modo geral, vago e neutro) de “atitudes” as reações ou respostas subjetivas que figuram na base dos juízos morais de uma teoria projetivista moral.

⁶ As seguintes passagens complementam o desafio de McDowell ao projetivismo. Nestas passagens, McDowell enfatiza o caráter essencialmente causal da teoria projetivista, o que, segundo ele, teria como resultado que a teoria em questão seria incapaz de fornecer uma perspectiva de justificação dos juízos morais. McDowell diz: “[...] if what we are engaged in is an ‘attempt to understand ourselves’, then merely causal explanations of responses like fear will not be satisfying anyway. What we want here is a style of explanation that makes sense of what is explained [...]. This means that a technique for giving satisfying explanations of cases of fear [...] must allow for the possibility of criticism. [...] So explanations of fear that manifest our capacity to understand ourselves in this region of our lives will simply not cohere with the claim that reality contains nothing in the way of fearfulness. Any such claim would undermine the intelligibility that the explanations confer on our responses” (McDowell, 1998b, p. 143-144). Como resultado: “In the projectivist picture, having one’s ethical [...] responses rationally suited to their objects would be a matter of having the relevant processing mechanism functioning acceptably. Now projectivism can of course perfectly well accommodate the idea of assessing one’s processing mechanism. But it pictures the mechanism as something that one can contemplate as an object in itself. It would be appropriate to say ‘something one can step back from’, were it not for the fact that one needs to use the mechanism itself in assessing it [...]” (*ibidem*, p. 148).

2. O problema da atitude moral e a ameaça de circularidade

Alexander Miller formula um dilema para o projetivista⁷ no que diz respeito à tentativa deste de explicar a atitude que está na base de juízos morais e que se constitui como elemento central para a tese da projeção moral. Miller argumenta que o projetivista possui duas opções:

*On the one hand, he could claim that the feeling or sentiment [i.e., the attitude] expressed by a moral judgement is **irreducibly** moral: it is simply an **unanalysable** and **sui generis** ethical feeling [i.e., attitude]. Or, on the other, he could claim that the feeling or sentiment [i.e., the attitude] expressed by a moral judgement is analysable in terms of non-moral feelings and sentiments [i.e., attitudes] (Miller, 2003, p. 44).*

Miller rejeita prontamente a primeira opção, por ser circular:

Of course, we could attempt to explain ethical [attitudes] as those which an agent possesses when he is deliberating about some moral judgement: but this is of no use to the [projectivist], since he wants to explain moral judgement in terms of moral [attitude] and not vice versa. Can we make sense of the idea of an irreducibly ethical [attitude], explicable independently of the notion of moral judgement? (Ibidem, p. 45).

Segundo Miller, não podemos compreender tal atitude em termos irreduzivelmente morais sem apelarmos a juízos morais simplesmente porque:

*If we say that moral judgements express irreducible, sui generis, unanalysable **ethical** [attitudes] we can't explain moral judgement in terms of [attitude]. What are moral judgements? Those which express ethical [attitudes]. What are ethical [attitudes]? Those expressed by moral judgements. This is hopeless (ibidem, p. 44).*

Mais recentemente, Antti Kauppinen, seguindo o mesmo espírito da argumentação de Miller (mas, como veremos adiante, tentando dar um passo além deste), sintetiza o problema da atitude moral para o projetivista de modo claro e preciso quando diz que:

*The attitude involved in **moral** judgment must be specifically moral approval or disapproval. An obvious way to distinguish specifically moral attitudes would be to do so in terms of moral content—to disapprove of something morally is to disapprove of it **because** it is morally wrong, as one sees it. But this avenue is closed for the [projectivist], since it presupposes and independent grasp of thinking that something is morally wrong, which is precisely what the [projectivist] is trying to explain in terms of moral disapproval (Kauppinen, 2010, p. 225).*

Assim, em resumo, o desafio do problema da atitude moral, tal como tradicionalmente entendido, pode ser formulado nos seguintes termos: se o projetivista projetar critérios morais sobre uma questão que deveria ser tratada de forma não-moral – a saber, a atitude que supostamente explicaria juízos morais e a projeção de propriedades morais em um mundo não-moral – ele estará incorrendo em uma forma de circularidade viciosa. Ele deve, portanto, fornecer uma caracterização da atitude que figura na base de juízos morais em termos não-morais. Resta saber se, ao tentar fazer isso, o projetivista será capaz de fornecer condições necessárias e suficientes para a individuação da atitude moral (haja vista que a literatura em questão pressupõe que há uma relação *conceitual* entre aquilo em que consiste formular um juízo moral e a atitude que figura em sua base que serve como veículo para a projeção moral).

Porém, a despeito de tentativas contrárias de defensores da tradição projetivista, argumentaremos que não está disponível ao mesmo tentar identificar a atitude que figura na base de juízos morais sem fazer referência a estes próprios juízos. Porém, isso não significa incorrer em uma forma viciosa de circularidade como solução ao problema da atitude moral, pois o projetivista poderia, ainda assim, sustentar que tal atitude é *metafisicamente* (embora não *epistemicamente*) caracterizável em termos não-morais.

Dessa forma, veremos mais adiante que a proposta a ser formulada aqui a favor do projetivista aceita justamente a parte do dilema que parece interdita ao projetivismo segundo Miller e Kauppinen. Tal como entendemos e argumentaremos, adotar a opção da circularidade não representa um problema para o projetivista. Por outro lado, a opção não-circular é problemática e fadada ao fracasso (pois, em última instância, ou ela é incapaz de fornecer uma condição suficiente para a identificação da atitude moral, ou incorre em circularidade). Mas, antes de mostrarmos como o projetivismo moral pode acomodar circularidade de modo não-problemático em sua apresentação da atitude moral, cabe avaliarmos as opções de caracterização de tal atitude em termos puramente não-morais, as motivações para tal

⁷ Miller está, na verdade, falando de formas de não-cognitismo e expressivismo. Mas esse refinamento não deve ser um problema para nossa discussão aqui, já que em nossa formulação geral de projetivismo incluímos tanto as versões tradicionais de não-cognitismo quanto as versões mais recentes de expressivismo.

e por que elas se revelam fadadas ao fracasso. Identificar as dificuldades de tais respostas nos ajudará a construir uma solução possível para o projetivismo moral.

3. Duas soluções (problemáticas)

Podemos identificar na literatura relevante sobre o tema dois tipos de soluções gerais para o problema da atitude moral; ambas pressupõem que a única opção para o projetivista é fornecer uma caracterização não-moral da atitude (moral), aderindo, assim, à alternativa da não-circularidade no dilema de Miller. As soluções podem ser especificadas nos seguintes termos: (1) fenomenologia da experiência moral; (2) caracterização funcional da atitude moral. Vejamos cada uma delas.

3.1. Fenomenologia da experiência moral

Como uma de suas caracterizações para a atitude moral, Hume parece defender a tese de que a experiência moral possui uma fenomenologia peculiar (que poderia ser distinguida por introspecção). Ele diz:

[But] tis evident, that under the term pleasure, we comprehend sensations, which are very different from each other, and which have only such a distant resemblance, as is requisite to make them be expressed by the same abstract term. [...] [A]n inanimate object, and the character or sentiments of any person may, both of them, give satisfaction; but as the satisfaction is different, this keeps our sentiments concerning them from being confounded, and makes us ascribe virtue to the one, and not to the other (Hume, 1978, III.ii.1, p. 472).

Assim, Hume parece defender que o tipo de prazer ou satisfação característica da experiência moral é (qualitativamente) distinto dos demais tipos de prazer ou satisfação de outras experiências valorativas. Note que o problema com essa formulação de Hume não diz respeito à questão da circularidade (ao contrário da sugestão de Miller de que um critério fenomenológico sempre incorreria em circularidade). O problema não é que caracterizar fenomenologicamente uma atitude como moral envolva a pressuposição de que ela é o tipo de atitude que figura na base de juízos morais, como parte de sua definição (em cujo caso incorrer-se-ia em circularidade para a ca-

racterização da atitude). Hume pode manter que tal atitude é *sui generis* e indefinível, apreensível somente por sua sensação específica. Não haveria qualquer circularidade aqui.

Porém, o problema com tal critério fenomenológico de Hume é um velho conhecido da tradição filosófica. Não apenas é o caso que introspecção é um critério problemático (mesmo que a propriedade de incorrigibilidade não lhe seja atribuída), mas, à primeira vista, não parecemos possuir qualquer evidência conclusiva de que haja uma fenomenologia peculiar da experiência moral. Filósofos contemporâneos (projetivistas ou não) rejeitam sistematicamente esta opção. Como diz Crispin Wright:

[I]t seems to me very moot whether there is [...] any distinctive mode of moral emotional concern, identified purely phenomenologically and distinguished from what we feel for other kinds of values. Virtue is satisfied when one is concerned for the right reasons about the right kinds of thing: it is not necessary also to feel a particular timbre of concern. What I doubt is whether we can find anything of sufficient rawness in the phenomenology of moral judgement to give the notion of 'moral experience' any serious work to do (Wright apud Miller, 2003, p. 45).

Supondo que essas considerações valham para toda tentativa de caracterização da atitude moral em termos puramente fenomenológicos, pressuporemos que uma hipótese estritamente fenomenológica sempre fracassa em sua tentativa.⁸

3.2. Caracterização funcional da atitude moral

Ao chamar tal caracterização de funcional, seguimos a classificação de Kauppinen. Uma caracterização funcional da atitude moral tenta explicá-la fazendo referência ao papel que tal atitude ocupa na economia mental do sujeito, incluindo tanto suas relações causais quanto suas relações inferenciais. Exemplos de autores que propõem um modelo funcional são Hume, Adam Smith, Blackburn e Gibbard.

3.2.1. Hume e Smith

Hume (além do seu critério fenomenológico apontado acima) e Adam Smith sugerem que a identificação da atitude moral seja dada através de uma teoria do espectador ideal (imparcial) e pela identificação da simpatia/empatia como

⁸ O recente interesse de autores como Horgan & Timmons (2008) por uma "fenomenologia" da experiência moral envolve um entendimento bem mais amplo de "fenomenologia". Esses autores incluem sob o aspecto fenomenológico uma espécie de senso de objetividade, de categoricidade, de realidade, etc. do fenômeno do julgamento moral. Sendo assim, eles estão se referindo a algo bastante distinto do que entendemos por "fenomenologia moral" aqui e, como resultado, as propostas de tais autores não parecem ser de ajuda para a questão da atitude moral, tal como abordada aqui.

o mecanismo psicológico fundamental para o pensamento e juízos morais. Adam Smith, por exemplo, diz:

When the original passions of the person principally concerned are in perfect concord with the sympathetic emotions of the spectator, they necessarily appear to this last just and proper, and suitable to their objects; [...] To approve of the passions of another, therefore, as suitable to their objects, is the same thing as to observe that we entirely sympathize with them [...]. (Smith, 2006, I.i.3, p. 11).

These [gratitude and resentment], as well as all the other passions of human nature, seem proper and are approved of, when the heart of every impartial spectator entirely sympathizes with them, when every indifferent bystander entirely enters into, and goes along with them. (Smith, 2006, II.i.2, p. 68).

E Hume, embora de modo menos claro e contundente do que Smith, diz que:

'Tis only when a character is considered in general, without reference to our particular interest, that it causes such a feeling or sentiment, as denominates it morally good or evil (Hume, 1978, III.i.2, p. 472).

[E]very particular person's pleasure and interest being different, 'tis impossible men cou'd ever agree in their sentiments and judgments, unless they chose some common point of view, from which they might survey their object, and which might cause it to appear the same to all of them (Hume, 1978, III.iii.1, p. 591).

O problema com essa proposta funcional de Hume e Smith (se elas puderem ser tomadas como em grande medida equivalentes) é que, para funcionar como uma resposta não-circular ao problema da atitude moral, ela depende de uma distinção lógica entre o procedimento necessário para a caracterização da atitude moral (aquilo que está na base do pensa-

mento moral) e o critério de correção do próprio julgamento moral (o que torna certas atitudes corretas ou incorretas). Em outros termos, para que seja uma proposta funcional não-circular, ela depende da independência lógica entre pensamento moral e conteúdo moral (e seus critérios de correção). Como argumenta Kauppinen,

It is essential to bear in mind that here we are constructing a theory of what it is to think something is morally wrong, not a theory of what is morally wrong. [...] [T]he view is that a distinctively moral attitude is one that characteristically results from a particular kind of imaginative exercise. First-order questions about the fittingness of such attitudes or truth of moral thoughts are downstream from this thesis, and logically independent of it (Kauppinen, 2010, p. 232).

Porém, não é absolutamente claro que identificar os procedimentos necessários (em termos funcionais; e.g., a perspectiva de um observador imparcial através do mecanismo de simpatia/empatia) para a caracterização da atitude moral (isto é, daquilo que está na base do pensamento moral) seja logicamente independente do próprio critério de correção do julgamento moral de primeira-ordem. Hume e Smith parecem entender que há efetivamente uma dependência lógica entre pensamento moral e os critérios normativos de correção moral. Afinal, o procedimento que o espectador ideal segue fornece não apenas uma caracterização daquilo que figura na base do pensamento moral, mas o próprio critério de (correção do) julgamento moral de primeira-ordem: é seguindo tal procedimento que questões morais são respondidas. Assim, identificar a atitude moral através do procedimento do espectador ideal ou imparcial (através dos mecanismos de simpatia/empatia) seria já a projeção de um conteúdo moral – e, portanto, seria incorrer em circularidade.⁹

3.2.2. Blackburn

Blackburn fornece uma caracterização funcional da atitude moral com dois elementos complementares. Uma atitude é moral se for estável (no indivíduo que a possui) e

⁹ Kauppinen defende em seu artigo que tal distinção é sustentável e que os sentimentalistas clássicos (Hume e Smith) fornecem um bom guia para tal. O resultado é o que ele chama de um modelo "sentimentalista histórico". Segundo Kauppinen, o sentimentalismo histórico é a tese segundo a qual: "an attitude is moral only if it characteristically results from a process of simulating the non-moral reactive attitudes that any informed and unbiased participant would have in the circumstances of those affected by the action" (Kauppinen, 2010, p. 231). Segundo Kauppinen, isso significa distinguir entre descrever o juízo moral como um processo (a própria atividade de julgar moralmente) e descrevê-lo como produto (o resultado de tal atividade). Não parece ser o caso que Kauppinen seja capaz de evitar com tal distinção a objeção da circularidade do problema da atitude moral. Não é claro, por um lado, que tais atitudes que Kauppinen identifica naquilo que é constitutivo do pensamento moral como processo (*reactive attitudes*) sejam passíveis de descrição em termos não-morais. Mas, por outro lado (e intimamente relacionado com esta observação anterior), de modo ainda mais problemático, não é claro que um indivíduo que mobilize uma perspectiva informada, imparcial, não-tendenciosa (*informed and unbiased*) já não esteja mobilizando critérios e conteúdos morais em sua forma de proceder diante da situação prática em que se encontra. Talvez Kauppinen pudesse evitar essas dificuldades se ele entendesse (o que não parece ser o caso) que estamos diante de dois níveis distintos de "explicação" e referindo-nos a "domínios" distintos: que a descrição do juízo moral como um processo envolve uma explicação metafísica, enquanto que a descrição do juízo moral como produto envolve uma justificação epistêmica. Isso não parece ser absolutamente o que Kauppinen pretende. Mas voltaremos a tal distinção, que, como veremos, será fundamental para a solução aqui formulada em defesa do projetivista.

encorajada (nos outros). Em termos mais formais, a atitude A é moral se e somente se for estável (eu aprovar a sua permanência em minha psicologia) e envolver a minha atitude de expectativa e encorajamento de que outros a compartilhem, apliquem-na ainda outros, etc., o que culminaria na transformação desse processo “progressivo” de manutenção e compartilhamento de atitudes em uma questão de natureza pública. Blackburn diz:

*Suppose you become angry at someone's behaviour. I may become angry at you for being angry, and I may express this by saying it is none of your business. Perhaps it was a private matter. At any rate, it is not a moral issue. Suppose, on the other hand, I feel your anger or feel 'at one' with you for so reacting. It may stop there. But I may also feel strongly disposed to encourage others to share the same anger. By then I am clearly treating the matter as one of public concern, something like a moral issue. I have come to regard the sentiment as legitimate. Going up another step, the sentiment may even become compulsory in my eyes, meaning that I become prepared to express hostility to those who do not themselves share it. Going up another level, I may also think that this hostility is **compulsory**, and be prepared to come into conflict with those who, while themselves concerned at what was done, tolerate those who do not care about it (Blackburn, 1998, p. 9).*

E de modo similar:

So I start with the appetitive side. Thus far I have talked indiscriminately of appetite, desire, attitude, and emotion. But practical states of mind admit of fine discriminations. I consider a staircase of ascent, in which at the bottom we start with pure preferences. Rising up we come to preferences that we prefer others to share. Rising further we come to preferences that we 'demand' of others; that is, if they do not share them we find ourselves averse to them or in opposition to them. Here, according to me, we begin to enter the territory of ethics [...]. When a newspaper thunders that some issue 'is a moral issue' what it means is that we are to be concerned: it is against laissez-faire neutrality, and instead demands engagement. Such an issue, it is telling us, is one that cannot be just shrugged off. This staircase takes us away from matters about which we like to say 'de gustibus non disputandum' and towards ones about which coordination is needed, and dissent is not tolerated (Blackburn, 2002, p. 125).

O problema central com essa proposta de Blackburn é que não é claro que ela seja capaz de dar conta especificamente do fenômeno da moralidade (isto é, identificar especificamente a atitude *moral*). A formulação parece, à primeira vista, compatível e aplicável a outros domínios normativos (por exemplo, estéticos, prudenciais, convencionais, etc.). Com base em considerações desse tipo, Miller formula a seguinte objeção:

*[W]hen I judge that murder is morally wrong, for example, I express a non-cognitive [attitude] towards murder, and I approve of everyone sharing that **same type** of non-cognitive [attitude]: it wouldn't be enough, for example, for others to find murder merely **aesthetically** displeasing. So what the [projectivist] really needs is rather B!M(murder) =df B!(murder) & H!(Everyone has the attitude B!M(murder)). And of course this is hopeless. As it stands, it is circular [...] (Miller, 2003, p. 89).*

A questão de Miller, então, é que a estabilidade de uma atitude na psicologia de um indivíduo e o encorajamento da mesma atitude na psicologia de outros não são suficientes (embora talvez sejam necessários) para a identificação da atitude moral. À primeira vista, estabilidade e encorajamento, de modo a tornar uma questão pública o que está em jogo na posse e compartilhamento de tais atitudes, são algo que pode ser perfeitamente bem acomodado por outros domínios normativos. O que o projetivista precisaria seria garantir que a atitude a ser preservada e encorajada fosse uma atitude *moral*. Mas isso, novamente, significaria incorrer em circularidade.

3.2.3. Gibbard

Gibbard fornece a seguinte análise daquilo que ele chama de “moralidade em um sentido estreito”, que é parte central de sua teoria expressivista de normas:

To call something rational is to express one's acceptance of norms that permit it (Gibbard, 1990, p. 7).

*[W]hat a person does is **morally wrong** if and only if it is rational for him to feel guilty for having done it, and for others to be angry at him for having done it (ibidem, p. 42).*

To feel guilt or resentment [or anger] is not in itself to make a moral judgment. A person can feel guilty and yet think he has done no wrong. He then thinks it makes no sense to feel the way he does, that his feelings are irrational. Narrowly moral judgments are not feelings but judgments of what moral feelings it is rational to have. Feelings, we think, can be apt or not, and moral judgments are judgments of when guilt and resentment are apt (ibidem, p. 6).

Uma diferença significativa do modelo de Gibbard para com os demais modelos funcionais é que Gibbard identifica sentimentos específicos como objetos de julgamento moral, sentimentos esses que são tradicionalmente considerados protótipos de atitudes morais por haver aparentemente uma relação conceitual entre tais sentimentos (isto é, entre culpa e indignação ou ressentimento) e juízos morais. Além disso, a análise de Gibbard é uma análise *indireta* de juízos morais. Ela é indireta porque é uma análise (expressivista) das normas de adequação de sentimentos morais, e não uma análise direta da atitude que é expressa em juízos morais. Isso aparentemente confere a vantagem a Gibbard de, por um lado, tornar a relação entre o juízo moral e a atitude moral (sentimentos morais de culpa e indignação) mais claramente conceitual (e, portanto, não aplicável a outros domínios normativos) e, por outro lado, por não ser redutiva (pois a análise é indireta), a teoria não incorreria em circularidade, pois ela permite que nem toda expressão de culpa e indignação sejam reações adequadas (ou aptas) *morais*.

Porém, a despeito de tal ambição de seu modelo, a vantagem de Gibbard é apenas aparente. O problema é que justamente para evitar circularidade Gibbard reconhece que sua caracterização original de culpa e indignação (como sentimentos sobre os quais critérios de adequação ou aptidão moral recaem) deve ser formulada em termos *não-morais*. Mas, se isso é o caso, Gibbard não está em vantagem em relação aos demais modelos funcionais, pois agora fica claro que também no modelo de Gibbard a relação entre juízo moral e os sentimentos *não-morais* de culpa e indignação *não* é conceitual, de modo que poder-se-ia questionar se critérios de adequação para sentimentos de culpa e indignação em certas circunstâncias deveriam ser necessariamente critérios de adequação *moral*.¹⁰ Não sendo tais critérios necessariamente morais, não haveria garantia de que o modelo de Gibbard exclua a sua aplicação a outros domínios normativos.

A formulação do problema nesses termos faz eco à objeção formulada por D'Arms & Jacobson à teoria expressivista moral de Gibbard (que, como entendemos aqui, é uma variação do projetivismo). D'Arms & Jacobson cunham o seguinte caso para ilustrar o ponto:

Mother has grown older, and grown mentally ill. She makes increasingly exigent demands on the family. Her illness is degenerative. She always feared being "put away"; you know she wants to stay at home, but you have real doubts about your ability to care for her. And you also see the effects of the tension, pity, and finally resentment on your family. Your spouse, who has been patient and helpful throughout, is beginning

to show the strain. The children are restless. On any plausible normative picture, there are ample reasons for the conclusion you've been avoiding. In the end, you decide to put her in a nursing home. You're convinced this is the right thing to do, though you know you'll feel guilty for doing it. But does your guilt make sense? If you think it does, and yet that your action was not wrong, there are problems for the analysis (D'Arms & Jacobson, 1994, p. 743-744).

Assim, de forma similar ao diagnóstico a que chegamos em nossa avaliação da proposta de Blackburn, a formulação de Gibbard – com base nas considerações de D'Arms & Jacobson – não fornece uma condição suficiente para a atitude moral (embora talvez forneça uma condição necessária): você pode sentir-se culpado adequadamente (de alguma perspectiva normativa), ainda que pense que não fez algo moralmente errado.

3.2.4. O argumento da questão em aberto aplicado ao problema da atitude moral

Podemos agora identificar um argumento geral contra modelos funcionais formulados como solução ao problema da atitude moral. Miller pensa que uma versão do argumento da questão em aberto pode ser sempre formulada a toda e qualquer tentativa de identificação de juízo moral com uma atitude específica, caracterizável em termos funcionais e não-morais. A argumentação de Miller é simples: a fim de evitar circularidade, o projetivista precisa de uma caracterização funcional e não-moral da atitude moral; mas o custo disso é que se perde a conexão conceitual entre atitude moral e juízo moral. Assim, toda e qualquer tentativa de identificação da atitude que está na base de um juízo moral poderá ser conceitual e inteligivelmente contestada, em cujo caso o projetivista não possuiria recursos para excluir a possibilidade de que seu modelo seja aplicável a outros domínios normativos – o que, por conseguinte, significaria dizer que ele fracassa na especificação da atitude *moral*.

Assim, Miller formula uma espécie de dilema do qual o projetivista não parece ser capaz de sair: ou bem seu modelo é circular na especificação da atitude moral, ou bem seu modelo não é circular, mas não é propriamente um modelo adequado para a identificação da atitude *moral*. Miller diz:

For any 'common-or-garden' non-cognitive [attitude] of disapproval it is always an open question whether an act of expressing that [attitude] amounts to the making of a moral judgement. That is to say, it is always a significant question whether the

¹⁰ Afinal, parece ser perfeitamente concebível que haja critérios normativos específicos para a adequação da culpa e da indignação, ainda que tais critérios não sejam *morais*. Inferir o contrário, sem argumentação, seria incorrer naquilo que D'Arms & Jacobson chamam de "falácia moralista" (cf. D'Arms & Jacobson, 2000).

person expressing the [attitude] is making a moral judgement, or an aesthetic judgement, or a prudential judgement, or whatever. One can ask this sort of question without betraying conceptual confusion (Miller, 2003, p. 48).

Dessa forma, parece que uma resposta possível do projetivista ao desafio de Miller envolveria apenas duas opções: ou argumentar a favor de alguma forma de circularidade na caracterização da atitude moral (algo que é prontamente rejeitado por Miller sem argumento), ou defender a ideia de que a relação entre o juízo moral e a atitude moral é empírica (e não conceitual), mas que isso não compromete o *status* do modelo como um modelo moral (e, portanto, excludente de outros domínios normativos). No que se segue, tentaremos argumentar a favor da tese de que o projetivista pode se apropriar dessas duas opções – portanto, que aquela é uma disjunção *inclusiva* para o projetivista. Veremos, assim, como o argumento da questão em aberto de Miller, aplicado ao problema da atitude moral, pode ser tornado favorável ao projetivista.

4. Uma solução projetivista alternativa para o problema da atitude moral

4.1. A tese projetivista é essencialmente metafísica

Como sugere Miller através de sua apropriação do argumento da questão em aberto, o problema da atitude moral para o projetivista se torna (ao menos parcialmente) empírico.¹¹ Como tentativa de resposta a este desafio de Miller, a questão relevante para o projetivista consistiria então em saber, não se resta apenas a alternativa de tentar fornecer uma caracterização *não-moral* (por vias empíricas) da atitude que figura na base de juízos morais (estratégia essa que, como vimos nas seções anteriores, parece fadada ao fracasso), mas se o projetivista *deve* almejar uma tal caracterização. A possibilidade de aplicação do argumento da questão em aberto ao problema da atitude moral desencoraja justamente tal estratégia de caracterização não-moral de tal atitude. Mas, então, por que isso é propriamente um problema para o projetivista? Por que o projetivista não poderia optar pelo outro lado do dilema de Miller e admitir circularidade na caracterização e nos

critérios de individuação da atitude moral? Vejamos como o projetivista pode tentar responder a essas questões.

Talvez o projetivista possa dizer (seguindo parte da intuição por trás do argumento de Miller) que, de fato, seria impossível que dispensássemos inteiramente a nossa perspectiva moral para sermos capazes de identificar a atitude moral. Talvez esta tarefa sempre envolva uma projeção de nosso pensamento e teoria morais. Mas, por outro lado, isso talvez não signifique que a mesma atitude que figura na base de juízos morais não possa ser *descrita*, em um sentido *metafísico*, em termos *não-morais*. Em outras palavras, talvez não possamos *saber* (do ponto de vista de nosso acesso epistêmico) qual é a caracterização adequada da atitude em questão sem apelar aos nossos próprios juízos morais; mas isso, por si só, não implica que esta atitude seja necessariamente uma atitude *descritível* apenas em termos morais. Como uma tese essencialmente metafísica, o projetivismo parece ser capaz de manter, ao mesmo tempo, que nossos juízos morais (pensamento e teoria morais) são projeções de atitudes (reações causais subjetivas psicológicas), mas que a caracterização e individuação (isto é, nosso acesso epistêmico) de qual atitude figura na base de juízos morais não é possível sem teorização moral e, portanto, sem incorrer em uma forma de circularidade (e conseqüente irredutibilidade) do discurso moral. Em suma, a tese da projeção de nossas reações causais subjetivas a um mundo desprovido de valor (em termos de propriedades e relações morais genuínas) é uma tese *metafísica*, enquanto que o modo (ou método) de caracterização de tais reações (atitudes) é uma tese *epistêmica*. A questão relevante, então, seria saber se é possível sustentar como independentes as teses metafísica e epistêmica em questão. Parece que sim. Vejamos como.

Como o projetivista poderia explicar a atitude que figura na base de juízos morais, apelando para o nosso pensamento e teoria morais? Se seguirmos Harman (1977), poderemos dizer que observações sempre são determinadas por teorias (isto é, que observações são *theory-laden*, “moldadas por teorias”), mesmo observações ditas “morais”. Assim, qualquer observação moral envolverá a projeção de nossa melhor teoria moral e/ou pensamento moral. O ponto de Harman é que podemos explicar a maneira como observamos o mundo a partir de nossa melhor teoria moral (no exemplo clássico de Harman: a observação de um grupo de crianças colocando fogo em um gato e o pensamento de que isto é errado). Na questão específica que interessa a Harman – a saber, comparar observações morais com observações científicas –, teorias científicas dependem da pressuposição e postulação de um fato (real)

¹¹ Vale dizer (e fazer justiça) que Blackburn, a despeito de sua proposta discutida acima para a individuação da atitude moral, pensa ao mesmo tempo que a questão é em ampla medida uma questão *empírica* e que seu próprio critério para a caracterização da atitude moral não deve ser tomado como fixo. Ele diz: “[...] I do not think it is profitable to seek a strict definition of ‘the’ moral attitude here. Practical life comes in many flavours, and there is no one place on the staircase that identifies a precise point, before which we are not in the sphere of the ethical, and after which we are” (Blackburn, 1998, p. 13-14).

percebido (observado) para serem confirmadas (ou não). Teorias morais, ao contrário, não são confirmadas deste modo. A observação moral não precisa ser explicada por referência a qualquer genuíno fato moral percebido: basta a projeção de nossas teorias morais, que podem ser inteiramente resultado de nossas sensibilidades.¹²

Poderíamos, então, a partir dessa caracterização de Harman, estender o seu ponto para a questão da atitude moral. Poderíamos dizer que, na caracterização da atitude moral, permanecemos no âmbito moral normativo e observamos um fato moral. Nesse sentido, a referência à nossa perspectiva “moralizante”, ao nosso pensamento e teoria morais, seria ineliminável para a caracterização de tal atitude. Não temos como acessá-la epistemicamente sem pressupor pensamento e teoria morais, pois a caracterização de tal atitude é parte da nossa tarefa *justificatória* moral – e, portanto, uma tarefa normativa e epistêmica – e não meramente uma tarefa explicativa e descritiva em termos puramente psicológicos. Nomear e descrever tal atitude pressupõe e envolve a prática de moralizar.

Mas caracterizar a atitude (que figura na base de juízos morais sentimentalistas) a partir de nossas visões morais, como uma tarefa justificatória epistêmica e moral, implica que tal atitude não possa ser *metafisicamente* apenas uma reação causal subjetiva psicológica ao mundo, que figura na base daquelas mesmas visões morais que me levam a caracterizá-la? Não parece ser o caso. Eu posso ser capaz de caracterizar a atitude (que figura na base de meus juízos morais) apenas através de sua própria manifestação em meus juízos morais (o que é, como veremos à frente, recomendável que o projetivista defenda). Isso significaria, de fato, tornar a “análise” da atitude moral em questão, por assim dizer, circular: eu só posso chegar a uma caracterização adequada da atitude que figura na base de meus juízos morais através da manifestação destes próprios juízos. Mas há aqui em jogo algum tipo de circularidade que comprometa o projeto projetivista? Não parece haver. Do fato de que eu não possa ser capaz de identificar, por exemplo, *culpa* como estando na base de meus juízos morais sem fazer referência e apelar a estes mesmos juízos (e teorias morais sobre a natureza da moralidade) não se segue que juízos

morais não possam ter em sua base (e ser essencialmente projeções de) uma atitude (meramente psicológica) que os torna (isto é, tais juízos morais) possíveis. O que se segue é simplesmente que não seremos capazes de caracterizar e nomear tal atitude (de um ponto de vista do acesso epistêmico a ela) sem fazer referência a nossos juízos morais. Mas isso não é o mesmo que o abandono ou colapso do projetivismo. Ainda assim, como uma tese essencialmente metafísica, o projetivista pode *descrever* tal atitude como uma reação ou resposta causal subjetiva a um mundo desprovido de propriedades e relações morais, reação essa que *explica* a nossa prática de formulação de juízos morais.

Para finalizar nosso ponto nesta seção, voltemos agora ao desafio de McDowell, posto no início de nossa discussão, e comparemos dois cenários possíveis:

- Uma teoria da sensibilidade como a de McDowell, que incorpora circularidade em sua caracterização de atitudes morais, diria que *culpa*, por exemplo, não apenas não é caracterizável como um elemento constitutivo de nossos juízos morais sem referência a estes, mas isso é assim porque *culpa* é uma resposta *racional* (ou normativa) a uma realidade moral genuína.¹³
- O projetivista moral não precisa do último passo de McDowell. Ele pode sustentar que, ainda que culpa (como a atitude que figura na base de nossos juízos morais) não seja especificável sem referência a nossos próprios juízos morais, ela não precisa ser uma resposta *racional* (ou normativa) a uma realidade moral genuína. Basta que ela esteja na base da projeção, em cujo caso ela pode ser interpretada metafisicamente como uma resposta inteiramente causal.

Esse resultado implica dois pontos importantes: (i) A resposta projetivista ao desafio do problema da atitude moral não fornece *um argumento adicional* a favor da tese projetivista. Ela é (metafisicamente) compatível tanto com uma teoria projetivista quanto com uma teoria da sensibilidade (como a de McDowell e Wiggins). (ii) Porém, supor que o projetivista não possui uma resposta ao problema da atitude moral

¹² Ainda que a interpretação antirrealista do discurso moral, segundo a questão posta por Harman, seja aquela que o nosso projetivista deve adotar, nada do que diremos aqui depende especificamente de um posicionamento em relação a essa disputa de Harman com realistas morais sobre a natureza da explicação moral. O ponto central de Harman que nos interessa aqui diz respeito à sua tese de que mesmo que seja inevitável caracterizar o mundo moralmente (isto é, através de termos e conceitos morais) de tal modo que possamos falar de “observações morais”, isto não implica que os estados mentais que figuram na base do nosso uso do vocabulário moral e conceitualização moral do mundo sejam respostas genuínas *morais*. Em outros termos, Harman parece defender uma distinção entre epistemologia e metafísica para sustentar a diferenciação entre a possibilidade de caracterização moral do mundo em termos observacionais e as implicações metafísicas disso. O mesmo tipo de estratégia e distinção é usada por realistas morais naturalistas (mas que, portanto, chegam a uma conclusão contrária à de Harman) como Boyd (1988).

¹³ A seguinte passagem de Wiggins, que defende uma tese idêntica em seus aspectos centrais à tese de McDowell, é esclarecedora sobre a posição destes dois autores: “There will be then no saying, very often, what properties these names stand for independently of the reactions they provoke. [...] But equally—at least when the system of properties and reactions diversifies, complicates and enriches itself—there will often be no saying exactly what reaction a thing with the associated property will provoke without direct or indirect allusion to the property itself” (Wiggins, 2002, p. 195). Podemos agora notar que há um sentido (estritamente epistêmico, e não metafísico) segundo o qual o nosso projetivista poderia concordar inteiramente com Wiggins e McDowell.

com base em considerações de circularidade é confundir uma questão epistêmica com uma questão metafísica.¹⁴

4.2. Como o projetivista pode ainda interpretar o problema da atitude moral como uma questão parcialmente empírica?

O que significaria, para o projetivista, ser capaz de caracterizar a atitude que figura na base de juízos morais em termos não-morais? Significaria que o projetivista poderia fornecer uma redução (analítica ou não) daquilo que envolve formular um juízo moral à atitude que figura em sua base: “João julga que assassinar um inocente é errado” seria redutível a “João expressa uma atitude A (de desaprovação) do assassinato de um inocente”. Mas isso é exatamente o que o projetivista deve evitar. Fornecer uma redução do ato de formular juízos morais à atitude que figura em sua base teria como implicação tornar impossível (ou semanticamente equivocado) rejeitar, por exemplo, culpa como a atitude moral adequada. Mas esse exercício reflexivo de possível questionamento de propostas de redução é algo que o projetivista deve preservar. Ele deve manter (empiricamente) em aberto a possibilidade de identificação da atitude que figura na base de nossos juízos morais.

Porém, se a atitude que figura na base de juízos morais for identificada com um determinado tipo de atitude – ou um determinado procedimento para a especificação de tal atitude –, isso significaria que a mesma deveria necessariamente figurar na base de juízos morais. Mas, para entender melhor por que o projetivista deve evitar tal resultado, será instrutivo lembrar como a tradição projetivista se apropriou do argumento da questão em aberto. Ela o fez através de pelo menos três formas:

- (i) a redução de termos morais a termos não-morais não garantiria a praticidade (isto é, o caráter motivacional) da linguagem moral.
- (ii) a redução de termos morais a termos para estados mentais subjetivos (mesmo que motivacionais,

como, por exemplo, preferências pessoais) comprometeria a caracterização do fenômeno da discordância ou disputa moral.

- (iii) a redução de termos morais a termos não-morais (incluindo termos para estados mentais subjetivos) comprometeria o caráter essencialmente contestável da linguagem moral.

Em nosso debate em questão, (ii) e (iii) – que estão intimamente relacionadas – podem ser usadas contra a tentativa de redução daquilo que envolve o ato de formular juízos morais à atitude que figura na base dos mesmos. Assim, a fim de preservar a possibilidade de discordâncias morais genuínas e a permanente possibilidade de contestação pelas partes disputantes de uma questão moral, devemos possuir recursos conceituais para mostrar como, por exemplo, quando eu digo que assassinar um inocente é errado e você nega isto, estamos em uma disputa moral genuína e contestando a opinião um do outro. Porém, se houver uma redução do estado em que estamos quando formulamos juízos morais a uma atitude específica, isso significaria que, *neste aspecto*, o discurso moral não seria contestável. Eu poderia, então, passar a rejeitar o seu juízo moral, não pelo conteúdo dele (de primeira-ordem) – embora também pudesse talvez fazê-lo, já que no exemplo em questão as proposições expressas parecem implicar contradição –, mas (seria suficiente rejeitá-lo) pelo *estado mental* em que você se encontra (ou o procedimento deliberativo que você segue). Se, por exemplo, você julgasse algo moralmente sem sentir culpa ou sem seguir determinados procedimentos imparciais (supondo, claro, que a culpa e tais procedimentos imparciais mantivessem uma relação conceitual com a formulação de um juízo moral), eu poderia descartar a sua opinião de antemão como não sendo moral. Portanto, para evitar esta consequência, o projetivista deve manter como uma questão em aberto o modo como identificamos e caracterizamos a atitude que figura na base de juízos morais.

Vale agora notar que esse resultado é compatível com a posição defendida na seção anterior, segundo a qual o projetivista deve entender a questão da caracterização da atitude

¹⁴ Miller chega a uma conclusão similar quando diz, sobre a objeção de McDowell ao projetivismo, que: “McDowell seems to think that, since the [projectivist] is constrained not to use evaluative [...] language in characterizing the [attitudes] distinctive of morals [...], he must also be constrained not to use, as his starting point in attempting to earn the right to the notion of truth as applicable to moral judgement, some distinctively ethical claim [...] of a situation or sensibility. But this is based on a mistake. The [projectivist] accepted the constraint of non-circularity above because he was engaged there on an essentially *explanatory* enterprise: that of providing some naturalistic story about the nature of the [attitudes] allegedly expressed by moral judgements. But in attempting to earn the right to the notion of truth in ethics, the [projectivist] is no longer engaged on this sort of explanatory project: rather, in this context, the [projectivist] is engaged on an essentially *justificatory* exercise. The project is now that of *justifying* the use of the notion of truth in ethical discourse, and of justifying the idea that some ethical verdicts are actually true. In this exercise, the [projectivist], like McDowell himself, needn't be constrained to begin from a standpoint on which all of his ethical views are suspended. The idea would be to start with some ethical claims (which may themselves subsequently come to be rejected), and *work out* to a notion of ethical truth” (Miller, 2003, p. 85-86). A diferença entre a proposta de Miller e a nossa é que Miller entende o problema da atitude moral como um problema *exclusivamente explicativo* (em psicologia descritiva, por assim dizer) e não como um problema (ao menos parcialmente) justificatório ou epistêmico. Nós, ao contrário, estamos propondo que o problema da atitude moral é parcialmente uma questão normativa e epistêmica moral (e não meramente uma questão de explicação e psicologia descritiva). Nesse sentido, tudo aquilo que é mobilizado por Miller a favor do projetivista naquela passagem, contra McDowell, poderia ser apropriado por nossa proposta aqui apresentada de solução ao problema da atitude moral.

de que figura na base dos juízos morais como uma questão normativa moral genuína: como envolvendo o uso genuíno do vocabulário, conceitos e teoria morais. Tal admissão não implica, por outro lado, que a atitude que figura na base de juízos morais, tendo sido caracterizada em termos morais (porque feita com base em nossas opiniões morais e práticas justificatórias morais), seja descritível *metafisicamente* apenas em termos *morais* – isto é, que tal atitude deva ser compreendida como uma resposta (racional ou normativa) a uma realidade moral. Ela pode, ainda assim, ser descrita metafisicamente como uma mera reação subjetiva causal a um mundo desprovido de propriedades e relações morais. Uma coisa é dizer que não é possível caracterizar a atitude que está na base dos juízos morais sem fazer referência a estes próprios juízos, como método para a individuação daquela. Outra coisa é dizer que tal atitude não é, de um ponto de vista metafísico, simplesmente uma atitude descritível em termos não-morais e que ela necessariamente pressupõe uma resposta a uma realidade moral.

Assim, para ilustrar o ponto e finalizar a nossa discussão, o projetivista poderia dizer que, quando se sustenta que culpa é a atitude moral adequada, isto já é julgar moralmente e não apenas formular um juízo descritivo ou explicativo (sobre aquilo que figura na base do juízo moral). Como tal, o juízo (por ser genuinamente moral e normativo) é essencialmente contestável. Portanto, isso parece compatível com a tese de que, ainda assim, a atitude psicológica que realiza o estado mental da “culpa” é apenas uma resposta subjetiva causal ao mundo. À medida que o nosso discurso moral se torna mais complexo, podemos incorporar novas atitudes e prescindir de antigas: o projetivista deve sempre manter em aberto a possibilidade de que, por exemplo, a culpa (ainda que esta possa ter cumprido um papel central no desenvolvimento do uso de nosso vocabulário, pensamento e prática morais) seja abandonada como uma atitude inadequada para figurar na base de nossos juízos morais correntes.¹⁵

Referências

- BLACKBURN, Simon. 2002. *Précis of Ruling Passions*. *Philosophy and Phenomenological Research*, **LXV**(1):122-135.
- BLACKBURN, Simon. 1998. *Ruling Passions: A Theory of Practical Reasoning*. Oxford, Clarendon Press.
- BLACKBURN, Simon. 1984. *Spreading the Word: Groundings in the Philosophy of Language*. Oxford, Oxford University Press.
- BOYD, Richard. 1988. How to Be a Moral Realist. In: G. SAYRE-McCORD (ed.), *Essays on Moral Realism*. Ithaca, Cornell University Press, p. 181-228.
- D'ARMS, Justin; JACOBSON, Daniel. 2000. The Moralistic Fallacy: On the 'Appropriateness' of Emotions. *Philosophy and Phenomenological Research*, **61**(1):65-90.
- D'ARMS, Justin; JACOBSON, Daniel. 1994. Expressivism, Morality, and the Emotions. *Ethics*, **104**(4):739-763.
- GIBBARD, Allan. 1990. *Wise Choices, Apt Feelings: A Theory of Normative Judgment*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- HARMAN, Gilbert. 1977. *The Nature of Morality: An Introduction to Ethics*. Oxford, Oxford University Press.
- HORGAN, Terry; TIMMONS, Mark. 2008. What does Moral Phenomenology Tell us about Moral Objectivity?. *Social Philosophy and Policy*, **25**(1):267-300.
- HUME, David. 1739-1740/1978. *A Treatise of Human Nature*. L. A. Selby-Bigge (ed.), 2nd edition revised by P. H. Nidditch. Oxford, Clarendon Press.
- HUME, David. 1751/1975. *An Enquiry Concerning the Principles of Morals*. L. A. Selby-Bigge (ed.), 3rd edition revised by P. H. Nidditch. Oxford, Clarendon Press.
- JOYCE, Richard. 2009. Is Moral Projectivism Empirically Tractable?. *Ethical Theory and Moral Practice*, **12**:53-75.
- KAUPPINEN, Antti. 2010. What Makes a Sentiment Moral?. In: R. SHAFER-LANDAU (ed.), *Oxford Studies in Metaethics: Vol. 5*. Oxford, Oxford University Press, p. 225-256.
- McDOWELL, John. 1988a. Projection and Truth in Ethics. In: *Mind, Value, and Reality*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, p. 151-166.
- McDOWELL, John. 1998b. Values and Secondary Qualities. In: *Mind, Value, and Reality*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, p. 131-150.
- MILLER, Alexander. 2003. *An Introduction to Contemporary Metaethics*. Cambridge, Polity Press.
- SMITH, Adam. 1790/2006. *The Theory of Moral Sentiments*. New York, Dover.
- WIGGINS, David. 2002. A Sensible Subjectivism?. In: *Needs, Values, Truth: Essays in the Philosophy of Value*, 3rd edition, amended. Oxford, Oxford University Press, p. 185-211.

Submetido em 30 de outubro de 2018.

Aceito em 30 de dezembro de 2018.

¹⁵ Agradeço a Cristiane Kelli Pereira pelo incentivo e suporte sentimental.